

## **FRACASSO E SUCESSO ESCOLAR NA SOCIEDADE BRASILEIRA: De 1990 aos Dias Atuais**

Silvana de Souza Conceição da Silva<sup>1</sup>

Luiza Angélica Paschoeto Guimarães<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar o fracasso e o sucesso escolar na sociedade brasileira, a partir da década de 1990 aos dias atuais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, que buscou contribuir para uma reflexão sobre a formação de atitudes para a prevenção e o combate ao fracasso escolar, com vistas ao sucesso da aprendizagem dos estudantes. Concluiu-se que ações conjuntas empreendidas por pedagogos, professores e familiares podem promover o sucesso do aluno, favorecendo a melhoria da qualidade da educação nacional.

**Palavras-chave:** Fracasso escolar. Sucesso escolar. Educação de qualidade. Escola Pública.

## **FAILURE AND SCHOOL SUCCESS IN BRAZILIAN SOCIETY: From 1990 to Present Days**

### **Abstract**

This article have with object analyze the failure and the success school in Brazilian society starting in decade of 1990 until current days. Treats of a qualitative research of bibliographic character that seeked contribute to a reflection about the formation of attitudes to prevention and combat to failure school with success of learning from students. Concluded that joint actions used for pedagogues, teachers and the families will can promote the success of student, favoring the improvement of quality from national education.

**Keywords:** Failure school. Success school. Education of quality. Public school.

---

<sup>1</sup>Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do UGB/FERP.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e Docente do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Educação Especial.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo traçar as relações entre sucesso e fracasso escolar na história da educação brasileira da década de 1990 aos dias atuais. Enfatizar a importância da educação e vislumbra as propostas feitas por meio de programas mobilizados pela esfera pública na sociedade brasileira pela escolarização e pelo enfrentamento do analfabetismo que está presente no país, desde que o processo de escolarização foi iniciado ainda nos tempos da Colonização.

Nesse cenário histórico tem ocorrido a universalização do acesso, como também a permanência da população na escola, na busca de um desejo político de levar o Brasil a se tornar um país democrático, buscando os interesses do povo, na aceitação ampla dos mais diversos setores sociais. Entretanto, apesar das tensões e conflitos que permeiam a educação nacional, as ações governamentais influenciam e promovem a articulação com iniciativas privadas que se voltam à reorganização do sistema educacional, com base na construção de valores democráticos dentro da sociedade.

Vale ressaltar, que grandes progressos foram alcançados, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e da avaliação de todo o sistema educacional, envolvidos no acesso aos diferentes níveis de ensino. No entanto, a qualidade educacional, ainda hoje é vista como um problema central que tem norteado a investigação nas instituições de ensino, tendo em vista que os objetivos propostos com este fim ainda estão longe de serem atingidos, principalmente no âmbito da escola pública.

A grande maioria das pessoas, principalmente das classes populares, sonham com uma escola que tenha um bom funcionamento e cumpra o seu papel, no qual os indivíduos não sejam vistos como meros agentes passivos, mas como pessoas com direito à cidadania e à escolarização, capazes de produzirem socialmente de modo a alcançar a qualidade de vida necessária a qualquer pessoa.

Além disso, a escola ainda é vista como o único meio de ascensão social, ou seja, é como uma espécie de escada que o conduzirá a um andar superior, a aquisição de uma vida melhor, como um bom emprego e um melhor salário. Trata-se, então, de vislumbrar o sucesso escolar como, a grande oportunidade oferecida pelas escolas, como um meio de compensação das desigualdades persistentes, observadas no cenário socioeconômico brasileiro.

O sistema educacional está alicerçado em uma concepção de educação gratuita e obrigatória, laica e estatal, na qual cada estudante de classes sociais diversificadas, tenha a garantia de acesso pelo Estado, à formação multidimensional que abrange os aspectos moral, intelectual e social do aluno. No entanto, ainda não é suficiente, pois é necessário, também, pensar em uma educação democrática, que ultrapasse os muros da escola, para garantir uma formação capaz de promover nos indivíduos, as suas capacidades para atuarem em diferentes papéis sociais e culturais mais abrangentes, ou seja, é necessário promover uma formação integral.

### **Conceito, Características e Possíveis Causas do Fracasso Escolar**

A educação brasileira tem se configurado na atualidade com um papel importante e fundamental no desenvolvimento das pessoas, ampliando no despertar desse novo milênio a necessidade da construção de uma escola voltada para formação global do aluno e para o exercício da cidadania.

Em face disso, cumpre esclarecer, que o estudo realizado na história da educação brasileira sobre o fracasso escolar, visa uma reflexão acerca do fracasso e do sucesso escolar, com o objetivo de encontrar as possibilidades e limitações encontradas no interior da escola, assim como, propor ações para possíveis soluções do problema, desmistificando e explicitando os seus determinantes.

O termo “fracasso”, é explicado no dicionário Aurélio (1998) como, “desgraça, desastre, ruína, perda, mau êxito, malogro”. O que faz acreditar que o fracasso escolar pode ser entendido como, mau êxito na escola, caracterizado na

compreensão de muitos autores da educação como sendo reprovação e evasão. Entretanto, não incluem a aprovação com baixo índice de aprendizagem.

Tal situação pode ainda ser compreendida como consequência para o aluno da não apropriação do aprendizado, tendo em vista que os conceitos, habilidades, valores, ética, conhecimentos, como também a cidadania, não foram internalizados pelo aluno, haja vista as suas baixas notas, reprovações e, por fim, o abandono da escola.

É importante refletir sobre a análise de Patto (1999), em seu livro, “A Produção do Fracasso Escolar: história de submissão e rebeldia”. A autora inicia suas discussões a partir do discurso biológico fundamentado na sociedade que, a princípio, acreditava que o fracasso escolar tivesse como causas os fatores hereditários, genéticos e/ou raciais.

Até a década de 1980, o sujeito era classificado como culpado de seu fracasso, pois os professores e o próprio sistema escolar não admitiam que o problema poderia estar, também, nas instituições educativas.

Ressalte-se, que não se pretende atribuir a culpa do mau êxito do aluno aos profissionais da escola. Mas, fazer uma análise do contexto social, político e educacional para que sejam vislumbradas as possíveis soluções para o problema exposto.

Patto (1999), rompe com essa concepção biológica, de carência cultural e de racismo, chamando a atenção para a necessidade de se realizar uma análise mais profunda do problema. Sugere que o contexto sociopolítico, com suas contradições e fundamentado nos ideais liberais de uma sociedade capitalista, contribui para o fracasso escolar na medida em que provoca o aumento das desigualdades e reduz a qualidade de vida da população menos favorecida e promove a exclusão educacional e social.

Por outro lado, as instituições educativas não estão ilesas no processo que envolve o fracasso escolar, pois as condições de funcionamento e a organização pedagógica, em muitos casos, contribuem para o mal desempenho dos estudantes, como assinala Beisiegel (*apud* PILETTI, 1986, p. 130) que faz referência a alguns fatores existentes, aqui descritos na íntegra:

- a) Inexistência de escolas em muitas regiões do país, sobretudo nas áreas rurais mais distantes e com menor densidade populacional, mas também nas áreas de rápido crescimento, como a periferia das grandes cidades;
- b) grandes índices de reprovação nas séries iniciais do ensino, como indicadores do baixo rendimento e também como fatores explicativos da evasão escolar;
- c) despreparo do corpo docente, em muitas regiões constituído em grande parte de professores leigos (sem formação especial para o magistério);
- d) deficiências materiais e escassez de recursos didáticos;
- e) existências de numerosas escolas de professor único para as diversas séries, que tem aula na mesma sala;
- f) curta duração diária dos trabalhos escolares;
- g) monotonia do ensino, que resiste à modernização;
- h) ensino desvinculado do modo de vida das populações a que se destina. (BEISIEGEL *apud* PILETTI, 1986, p. 130)

Além dos fatores assinalados, Beisiegel concordando com Patto, inclui a estrutura socioeconômica como grave fator que impede de forma objetiva a democratização e a ampliação das oportunidades escolares, o que significa que o contexto social é, possivelmente, causador de fracassos.

Embora Patto e Beiseigel tenham abordado as causas socioeconômicas, culturais e institucionais, é necessário levar em consideração que alunos com dificuldade de aprendizagem (causas supostamente biológicas) também sofrem com o fracasso escolar, contribuindo com o aumento das estatísticas. Entretanto, dificuldade de aprendizagem não significa “não aprendizagem”, o que faz com que a referida “causa biológica” seja repensada. É possível que a falta de conhecimento didático do corpo docente contribua, do mesmo modo, como causa de uma educação malsucedida.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.48), as questões socioeconômicas estão relacionadas ao fracasso escolar, por isso é essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes da qualidade do ensino, interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Outra influência no fracasso escolar é a família. Questões familiares podem prejudicar a aprendizagem da criança, pois falta a combinação interativa, que deve ser realizada entre a escola, a família e o aluno. Escola e família compartilham funções sociais, políticas e educacionais que influenciam a formação integral do indivíduo e, portanto, devem ser responsáveis pelas mediações entre a criança e o conhecimento a ser elaborado.

Todavia, essa relação é necessária, pois, objetiva essencialmente a verificação dos pontos positivos e negativos que a família pode causar no processo escolar da criança, visto que é por meio dessa relação que surgem as primeiras influências do modelo de identificação infantil, uma vez que é a família o primeiro grupo social em que o indivíduo se encontra inserido no contexto social e a escola precisa dar continuidade a sua inserção na sociedade. Daí decorre a necessidade de a escola promover encontros com os pais, objetivando ações que colaborem com o desenvolvimento cognitivo, de forma a favorecer resultados positivos que permitam o sucesso da criança na escola e na vida.

### **O Fracasso Escolar na Sociedade Brasileira**

O fracasso escolar tem gerado debates e reflexões no âmbito da sociedade brasileira em busca de possíveis soluções, para que o indivíduo exerça de forma definitiva seus direitos de cidadão. A consolidação do fracasso escolar, não se deu de um momento para o outro, mas começou a ser detectado no contexto educacional, em um processo contínuo que tem sido abrangente ao longo de décadas. De acordo com Patto (1999), é possível perceber que o fracasso escolar persiste ao longo da história da escola pública brasileira e parece estar imune às ações já desenvolvidas na tentativa de sua superação.

O fracasso escolar se expressa pelos índices de repetência e evasão, assim como nos indicadores do analfabetismo, que refletem a qualidade da educação nacional e se constituem como um problema social. São vários os acontecimentos vivenciados na sociedade que remetem a um diagnóstico apresentado como fracasso escolar. Na década de 1990, por exemplo, surgiram várias tentativas em

busca de um entendimento do fracasso, que diz respeito não só ao aluno como, também da escola. O fracasso do aluno é, portanto, o fracasso da escola e, por conseguinte, o fracasso da sociedade.

É necessário ressaltar que para cumprir seu papel, a escola necessita olhar criticamente para dentro dela mesma de modo a refletir acerca de suas funções e seus erros. Para isso deve abordar algumas questões relativas à sua eficácia no cenário educacional e social.

A exemplo disso, pode-se destacar a questão da formação do professor. É senso comum afirmar que a formação inicial do professor está comprometida e que não se prepara os futuros professores para que eles entrem na sala de aula e realizem seu trabalho com qualidade. Ora, este é um discurso, no mínimo, inadequado, visto que os professores de formação recente precisam aprimorar seus conhecimentos no decorrer de sua prática e pelas experiências que vão vivenciando ao longo de sua vida profissional.

Trata-se, portanto, de oferecer-lhes uma formação continuada, dentro da própria escola, por meio de reuniões pedagógicas, sessões de estudos, encontros com outros educadores mais experientes etc. E isso nem sempre é realizado nas escolas. Em geral, as escolas, principalmente as públicas em que a maioria da população está matriculada, não possuem os profissionais adequados para articularem essa formação. Falta o apoio técnico de pedagogos experientes tanto para o trabalho com esses professores quanto para o atendimento ao educando.

Cabe ao pedagogo escolar a preparação adequada do docente para o exercício de suas funções, oferecer-lhes a orientação, realizar a mediação necessária entre quem ensina e quem aprende, incentivando processos e atividades para enriquecimento do currículo, como também, na elaboração e execução dos projetos desenvolvidos que abrangem a construção dos saberes docentes e discentes. Pois, nesse sentido, é importante que cada profissional envolvido no campo da educação tenha como ferramenta indispensável a pedagogia e valorização de metodologias apropriadas, considerando o conteúdo socialmente produzido no âmbito da escola, na elaboração do saber individual e coletivo, valorizando os saberes que estão sistematizados pelo discente e favorecendo o

contexto político que legitima as propostas para uma evolução educacional (BRASIL, 1997).

A escola, embora não seja a única responsável, exerce um papel primordial no desenvolvimento da aprendizagem formal e informal, que se identifica através de fatores externos e internos intimamente ligados a ela. E essa responsabilidade gera a grande parte das condições fundamentais para o alcance da educação de qualidade. Essa qualidade pode ser medida pelo conjunto de indicadores entre os quais se destacam os recursos disponíveis, os processos utilizados para o alcance da aprendizagem pelo aluno, a maneira pela qual a avaliação é compreendida além do modo como a escola organiza seu tempo e seu espaço.

Além disso, é necessário que a escola se perceba como um dos agentes de transformação social e de inclusão das pessoas. Ela pode contribuir para a redução das desigualdades sociais na medida em que oferece aos educandos os saberes necessários para a vida coletiva e individual. Compreender que sua responsabilidade vai além de simplesmente oferecer os conteúdos escolares, pois educar envolve não apenas o conhecimento, mas, também, valores, habilidades práticas e a sensibilidade necessária às relações interpessoais na coletividade, na vida cidadã.

### **Bases Políticas Históricas e Legais do Fracasso Escolar**

Como destacamos anteriormente, o problema que envolve o fracasso escolar não é novo na sociedade brasileira. Nos últimos tempos, as políticas educacionais procuram reduzir o problema em busca do sucesso da educação nacional por meio de leis, programas e ações que envolvem a sociedade e a escola. É necessário destacar, portanto, alguns dados relacionados a essas políticas.

Durante o período em que os militares estiveram à frente do Governo brasileiro, o ensino de 1º e 2º Graus, o que corresponde atualmente em parte da Educação Básica, alcançou grande expansão, o que contribuiu para o aumento das vagas escolares, favorecendo o atendimento da demanda pela educação deste nível

de ensino, inclusive com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que pretendia erradicar o analfabetismo até o ano 2000.

Ocorre, porém, que a expansão das vagas escolares não foi suficiente para que o Brasil alcançasse uma educação de qualidade, nem para garantir a permanência dos estudantes na escola. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), nos primeiros anos da década de 1980, de cada cem estudantes que ingressavam no 1º Grau, apenas dezenove chegavam a concluí-lo. Também eram altos os índices de repetência da 1ª para a 2ª série, cerca de 51%. A repetência é a principal causa da distorção série/idade, que ainda hoje causa preocupação nos educadores.

Em 1988, uma nova Constituição Federal foi promulgada e a educação recebe uma seção especial. A Constituição estabelece que a educação é um direito social (art. 6º) e, portanto, um direito de todos os brasileiros. Trata-se de um dever do estado e da família (art.205), sendo oferta pública organizada por meio do “regime de colaboração”, entre o Governo Federal, estados e municípios (art.211), como também, o ensino livre a iniciativa privada (art.209). Estabelece que o poder público é o responsável pelo acesso ao ensino obrigatório e gratuito, e por esse motivo, o seu não oferecimento implica em responsabilização (art.208).

A partir da Constituição Federal de 1988, o ensino brasileiro passou por uma reforma ampla que atingiu a Educação Básica e a Educação Superior, o currículo e as modalidades de ensino, reconfigurando, inclusive, a formação de professores e a oferta do ensino público e privado. A reforma foi constituída pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 e toda a legislação complementar dela decorrente. A LDB foi elaborada com vistas à atender os dispositivos das diferentes Conferências Mundiais que buscaram a melhoria dos processos de formação de países periféricos, assim como a inclusão escolar em todos os sentidos.

Entre essas conferências, destaca-se a Conferência Mundial de Educação para todos, realizada na Tailândia, em 1990, que reuniu diversos países tendo à frente a Organização das Nações Unidas (ONU), o PNUD, o Fundo das Nações Unidas para Infância, UNICEF, Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). Uma das metas pretendida nessa reunião foi proporcionar

maior atenção ao ensino-aprendizagem e apoiar a educação básica, favorecendo assim o contexto político educacional (BRASIL, 1997, p. 14).

Decorrente dessa Conferência e em consonância com o que estabelece a Constituição de 1988, o Brasil elaborou o Plano Decenal de Educação. Neste Plano afirmou a necessidade e a obrigação de o Estado em elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca de melhoria da qualidade do ensino nas escolas (BRASIL, 1997, p. 15).

Como a LDB, o Conselho Nacional de Educação passou a elaborar Diretrizes Curriculares para todas as etapas da Educação Básica, assim como para os Cursos em Nível Superior. Além disso, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais e os Referenciais Curriculares para a Educação Básica, de modo a orientar escolas e professores quanto às questões curriculares e metodológicas, na tentativa de minimizar o problema do fracasso do ensino nacional.

Atualmente, está em curso o movimento “Compromisso de Todos pela Educação”. Este movimento pretende até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, atingir a meta de garantir a todos os jovens e criança brasileiras, as condições de acesso e permanência, sucesso escolar, e conseqüentemente, a conclusão de sua escolarização básica. Todavia, há questões relacionadas à qualidade da educação e ao fim do fracasso escolar, que ultrapassam a elaboração de leis, diretrizes e parâmetros curriculares. São necessários investimentos por todas as instâncias governamentais que envolvam questões não apenas monetárias, como, também, investimentos de ordem pedagógica.

É necessário investir na formação dos profissionais que já se encontram nas escolas, na melhoria das condições de trabalho e de suas remunerações, nos equipamentos escolares, na adequação dos espaços das instituições educativas e, principalmente, que em cada escola haja, pelo menos, um pedagogo formado e experiente para realizar a mediação necessária ao processo de ensino e aprendizagem para que haja um atendimento eficaz aos docentes e discentes, conforme assinalado anteriormente neste estudo.

O professor exerce um papel fundamental na ação educativa, mas não pode mais continuar a se sentir isolado e sem o devido atendimento pedagógico que lhe é necessário. Ele precisa de um bom líder que o acompanhe em sua jornada para que possa estar seguro de suas ações para realizar seu trabalho com mais coerência e eficiência. Este profissional é o pedagogo.

### **Possibilidades de Superação do Fracasso Escolar**

A contextualização da realidade social é necessária no interior da escola, que precisa ser organizada com ações que contribuam para reduzir as desigualdades. Essas ações precisam incluir a questão do fracasso escolar para que, por meio da escolarização, crianças e jovens tenham a possibilidade de participar do contexto social e usufruir dos benefícios que sua comunidade dispõe.

O acesso à educação de qualidade é uma reivindicação antiga na sociedade brasileira e, como exposto anteriormente, é um Direito Constitucional. Entretanto, o que ainda se vê é o acesso à escola, mas a qualidade educacional continua comprometida por políticas inadequadas e processos pedagógicos equivocados. E isso, a Lei Maior da Nação não pode oferecer aos brasileiros.

É necessário, porém, buscar novos esforços, como também recursos que possibilitem o enfrentamento dessa situação, pois a escola pública se encontra deslocada da realidade social, que reflete contradições presentes em seu âmbito, como é afirmado por (NAGEL, 1989, p.10).

As políticas educacionais são de responsabilidade do poder público e os processos pedagógicos precisam estar nas mãos da escola. Cabe ao primeiro, no entanto, oferecer à escola, as condições necessárias para que ela exerça suas funções no direcionamento da educação escolar, de modo que a escolarização de qualidade seja garantida a todos, de fato.

A escola não pode esperar por Reformas Legais para enfrentar a realidade que lhe afoga. Além do mais, a atitude de esperar por decretos, reflete o descompromisso de muitos e a responsabilidade de poucos com aquilo que deveria

ser transformado. A escola tem uma vida interior que, sem ser alterada por códigos legislativos, pode trabalhar com o homem em nova dimensão, bastando para isso que seus membros se disponham a estabelecer um novo projeto de reflexão e ação.

O fracasso escolar é mais frequente nas classes populares do que entre os mais favorecidos, daí decorre a necessidade de seu enfrentamento como um problema que não se propaga somente nas questões que dizem respeito à evasão e à repetência, mas tem se caracterizado também, na aprovação sem aprendizagem, como mostram os indicadores de avaliações em larga escala, como é o caso do SAEB, que demonstra a queda gradativa nas médias de proficiência nas disciplinas de língua Portuguesa e de Matemática no período de 1995-2005 (SAEB, 2005).

Portando, o papel da escola enquanto instituição, é fazer um trabalho que consiste em uma reflexão do saber sistematizado, propondo uma cultura que tenha valor para a atuação do sujeito em sociedade, mas que respeite a sua própria cultura e os saberes que traz de seu contexto familiar e comunitário mais estreito.

A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. O saber sistematizado, a cultura erudita, é a cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso, também, aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. “Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas)” (SAVIANI, 1991, p. 21).

Essas condições de ensino não são formadas imediatamente, mas exigem uma repetição de certos mecanismos e ferramentas para que sejam incorporados no indivíduo e o mesmo se aproprie do conhecimento com livre acesso à criatividade, à liberdade de expressão, entre outros. Portanto, cabe a escola, através da mediação, dar acesso ao saber espontâneo e sistematizado da cultura do aluno em sua forma popular e da cultura da sociedade em sua forma erudita (SAVIANI, 1991).

O objetivo principal da educação é a formação humana no seu sentido mais amplo, que se entende como humanização. Pois, o ser humano deve ser realizado

partindo da idealização e formação crítica para que ele se perceba como autor e sujeito livre. De acordo com Paro (2006, p.45), “[...] o homem se faz humano na medida em que ele se pronuncia diante do real, dizendo: isto é bom, isto não é, ou seja, criando um valor, fazendo-se ético”. Portanto, é sendo crítico que o homem pode assegurar e construir sua própria liberdade, quando pode criar suas próprias opções e tomar suas próprias decisões.

Do mesmo modo, Freire (2005) anuncia que a educação deve estar baseada no diálogo entre professor e educando. Não há quem seja mais importante ou que deva ter “poder” sobre o conhecimento ou sobre o outro. Há pessoas que se educam mutuamente, trocam saberes e informações, tendo em vista que são sujeitos de suas ações e seus pensamentos, mas estão em constante formação.

Freire aponta, também, para a necessidade da superação da educação bancária. Trata de uma educação em que o educador deposita, ou seja, transfere o conhecimento e valores educacionais ao estudante, sem a ação participativa deste aluno na construção do conhecimento.

Por outro lado, Gasparim (2003) assinala que o processo de aquisição do conhecimento científico realiza-se por meio da aprendizagem significativa. É através da busca do significado dessa aprendizagem que são propostos o desenvolvimento de atitudes e atividades de investigação de forma a articular a participação dos discentes nos conteúdos novos e os que eles já trazem consigo. É necessário, portanto, promover uma aprendizagem que tenha sentido para o sujeito. Uma aprendizagem que envolva todos os aspectos de seu desenvolvimento de modo a promover sua formação integral. E quando falamos em formação integral, não nos referimos apenas à ampliação da jornada escolar, pois acreditamos que o sujeito necessita receber uma educação que o forme como pessoa (ético), como cidadão (político), que elabore saberes que envolvam a sua própria cultura e a cultura da sociedade, que seja sensível, que saiba interagir no meio em que vive e que esteja apto a exercer a profissão que escolheu.

Acreditamos, portanto, que uma alternativa para o fracasso escolar é a realização da educação integral, em um contexto democrático. Uma educação

comprometida com a aprendizagem do estudante e com a transformação da realidade pessoal e social.

## **Considerações Finais**

A formação destacada na tríade educação, política e cidadania, assim como, suas possibilidades de recuperação da convivência democrática, nos remetem a novas perspectivas do desenvolvimento de políticas educacionais para que sejam sanados os inúmeros dilemas identificados nas escolas públicas no Brasil.

O fracasso escolar está permeado de contradições porque seus determinantes não dizem respeito apenas a escola, visto que questões familiares, sociais e políticas também podem influenciar no seu aparecimento. Entretanto, a escola tem um papel fundamental, uma vez que pode contribuir com a diminuição dos índices de exclusão escolar envolvendo mais os estudantes para que possam expressar opiniões em discussões acerca de seus direitos fundamentais, assim como, sua liberdade e condições dignas de vida. O fracasso escolar não se restringe ao fator cognitivo ou nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem.

O sucesso que envolve a qualidade da educação, nos remete a uma perspectiva fundamentada em uma concepção histórico-crítica, dialógica e dialética, que propiciará conhecimentos e saberes historicamente construídos, em sua forma crítica. A apropriação desses conhecimentos e saberes se dará por meio do cumprimento do papel fundamental das instituições educativas que atuam para uma vida calcada na formação da cultura democrática, potencializando ações que possibilitam ao estudante a percepção de que são sujeitos da sociedade e, por isso, são capazes de transformá-la em um lugar melhor e mais digno para todos.

A superação do fracasso escolar e a possibilidade de sucesso, portanto, não depende somente do que a escola ensina. Depende também do modo como os profissionais da educação, família, Poder Público e o próprio estudante entendem por educação de qualidade.

## Referências

BEISIEGEL, Celso de R. **Educação e Sociedade no Brasil após 1930**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação (mimeografado).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25 maio. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25 maio. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GASPARIM, João Luiz. **Uma Didática para Pedagogia Histórica-Crítica**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

NAGEL, Lízia. **Avaliação, Sociedade, Escola**: Fundamentos para Reflexão. Curitiba: Secretária de Estado da Educação do Paraná, 1989.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**: história de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PARO, Vítor Henrique. **A Escola Pública que Queremos**. Palestra na Conferência Estadual de Educação: "Proposta dos trabalhadores da educação para o próximo governo", realizada em Curitiba, PR, de 04 a 05/08/2006, promovida pela APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Paraná.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico Crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo, Cortez/ autores associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; V. 5).

SHIROMA, Eneida Oto. MORAES, Maria Célia m. de. EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DPEA, 2002.